



Índice

- 01** Comunidades quilombolas reivindicam direito a terra no interior paulista
- 02** Comunidade quilombola de Varzinha poderá permanecer em suas terras
- 03** Quilombolas ganham mesa permanente de regularização
- 04** Manifestantes quilombolas liberam a PA-252
- 05** Consuni aprova cota para quilombolas na UFT
- 06** Quilombolas ainda sofrem preconceito, diz lavradora
- 07** Historiador de Campos, RJ, lança livro em SC sobre quilombolas
- 08** Cultuar vai à Alerj debater situação quilombola
- 09** UFMG e UFBA se unem para estudar saúde de população quilombola
- 10** Pará registra avanços no atendimento a comunidades quilombolas
- 11** Caminhada Zumbi dos Palmares e Missa dos Quilombos marcam Dia da Consciência Negra
- 12** Ato nesta quarta-feira, no TRF, em defesa da comunidade quilombola Paiol da Telha
- 13** Titulação de terras quilombolas
- 14** Terras Quilombolas: demora no processo de regularização se repete por todo o Brasil
- 15** Museu Nacional homenageia povos indígenas brasileiros



- 16** Acordo destina 251 hectares para indígenas Atikum em Nioaque
- 17** Brasília sedia Oficina Nacional de Saúde para povos indígenas
- 18** Produtores protestam e cobram o fim das invasões indígenas
- 19** MPF entra na Justiça contra Paranhos por melhorias em escolas indígenas
- 20** Mato Grosso consolida Informações Espaciais de Terras Indígenas
- 21** Evento fortalece debate sobre capacidade produtiva dos povos indígenas
- 22** Governo realiza segundo Seminário Estadual de Educação Escolar Indígena
- 23** Governo realiza ação de cidadania para os índios Cinta Larga
- 24** Evento fortalece debate sobre a capacidade produtiva dos povos indígenas
- 25** MPF/MS: Prefeitura de Paranhos descumpre acordo sobre escola indígena
- 26** A farra das demarcações
- 27** FETEMS apoia a luta dos povos indígenas e visita FUNAI na tarde desta terça-feira
- 28** Cartilha bilíngue ajuda a combater violência contra mulher indígena
- 29** Índios devem ser ouvidos sobre impactos de hidrelétrica
- 30** 6ª Câmara: GT Educação Indígena se reúne com representantes do MEC
- 31** Fiocruz Amazônia realiza seminário para discutir as interfaces entre a saúde mental e a saúde indígena
- 32** Após protesto de produtores rurais, indígenas reagem e declaram apoio à Funai
- 33** Justiça manda índios desocuparem Fazenda São Jorge, em Japorã
- 34** Alunos da rede pública lançam livro sobre quilombo de Macaé, no RJ



Comunidades quilombolas reivindicam direito a terra no interior paulista

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 19.11.2013

No Dia da Consciência Negra (20), quilombolas organizam ato contra a construção de barragens de empresas mineradoras e pela demarcação e oficialização de suas terras

São Paulo – Em comemoração ao Dia da Consciência Negra, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira, no interior do estado de São Paulo, programaram uma série de atividades culturais e sociais para evidenciar a cultura negra e a marginalização dos quilombos, nesta quarta-feira (20). Para evidenciar a data marcada pela morte do líder quilombola Zumbi dos Palmares, que lutou pela libertação dos negros escravizados, 34 comunidades da região se reunirão em ato na cidade de Registro pela titulação de territórios quilombolas e contra a construção de barragens no rio Ribeira, organizado pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O Vale do Ribeira é rico em minerais e a atividade extrativa é um dos motores da economia local. Apesar disso, as barragens mineradoras são uma ameaça às comunidades quilombolas. O coordenador da marcha Ewerton Libório explica que as barragens alagam terras em que os povos tradicionais praticam agricultura de subsistência. “No ano que vem nós completamos 25 anos de luta contra as barragens, principalmente no Ribeira, porque causaria alagamento de terras quilombolas e o deslocamento de pessoas e famílias no Alto do Ribeira”, disse hoje (19) em entrevista à Rádio Brasil Atual.

Segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral, a região do Vale do Ribeira registrou recorde de 113 pedidos de exploração de minérios em 2013. Em 2011 foram registrados 87 processos, e no ano anterior, 63 pedidos.

Além dos problemas enfrentados pela ação das barragens mineradoras, muitas comunidades quilombolas encontram dificuldade ao requerer a titulação de suas terras. O direito é assegurado desde a formulação da nova Constituição Federal, em 1988, mas dos 60 povos tradicionais localizados no Vale do Ribeira, só seis deles têm as terras tituladas.

Para Nilto Tatto, coordenador do programa Vale do Ribeira, do Instituto Socioambiental, a luta por território é a principal reivindicação dos quilombolas. “Mesmo as comunidades que já possuem a terra legalizada enfrentam problemas. Nessas terras existem proprietários particulares que não foram indenizados e retirados ainda do território dessas comunidades”, esclarece.

O ato terá início às 9h da manhã, na rodovia 116, partindo do quilometro 449. Os manifestantes seguirão até a entrada principal de Registro e passarão pelas principais avenidas da cidade. A programação se encerrará na praça Beira Rio, com apresentações de música e capoeira e atividades culturais sobre a matriz negra.



Comunidade quilombola de Varzinha poderá permanecer em suas terras

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19.11.2013

A Justiça Federal acatou parecer do Ministério Público Federal (MPF) em Serra Talhada e julgou improcedente uma ação judicial, proposta pelo proprietário da Fazenda Varzinha, no município de Iguaraci, no sertão pernambucano. Os fazendeiros pretendiam a reintegração de posse da área rural.

A decisão foi uma vitória para a comunidade quilombola que habita o local. A Justiça declarou não restar dúvidas de que a área é ocupada por comunidade quilombola há mais de um século. Sendo assim, a legislação reconhece a propriedade definitiva aos remanescentes dos quilombos, devendo o estado ficar responsável pela emissão dos títulos da terra.

A procuradora da República Natália Lourenço Soares ressaltou que a terra, tradicionalmente ocupada por remanescentes da comunidade quilombola Varzinha, já possui certidão de reconhecimento expedida pela Fundação Cultural Palmares. Além disso, que já existe procedimento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) visando à identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titularização da área ocupada pela comunidade.

A procuradora destacou, ainda, que o parecer antropológico do Incra está em fase de finalização, bem como o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), principal peça para reconhecimento da área como remanescente de quilombo. "Sem a garantia de permanência na terra, o grupo tende a se dispersar e a desaparecer. Dessa forma, não é exagero afirmar que quando se retira a terra de uma comunidade quilombola, não se está apenas violando o direito à moradia dos seus membros. Muito mais do que isso, se está cometendo um verdadeiro etnocídio", frisou.

Quilombolas ganham mesa permanente de regularização

SÍTIO UOL, 19.11.2013



Aurea dos Santos, do quilombo Kalunga, em Goiás

As comunidades quilombolas, uma herança dos refúgios dos negros escravizados que começaram a se formar no século 16, vivem, praticamente, da agricultura familiar. Quase cinco séculos depois, esse tipo de organização existe de forma muito expressiva no país. São mais de 2.400 comunidades reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares.

Extrativismo, artesanato, produção cultural, turismo de base comunitária e a venda de produtos feitos a partir de matérias primas produzidas pela comunidade também

contribuem para complementar a renda. "A agricultura é a atividade mais forte", afirma o diretor do Patrimônio Afro-Brasileiro da Fundação Cultural Palmares, Alexandro Reis.

Para a lavradora Aurea Paulino, da Comunidade Kalunga, em Goiás, a roça é garantia de tranquilidade. "Você quer uma banana você tem, quer uma mandioca, você tem. O arroz e o feijão, que é o principal, a gente planta. Então eu acho bom, porque não é todo lugar que a pessoa tem esse privilégio", diz.

"Aqui a gente sabe viver sem dinheiro. Aqui não tem violência. Pode sair e deixar a porta aberta. É um lugar tranquilo. Acho bom criar meus filhos do jeito que eu fui criada, estudando e trabalhando na roça", disse.

No quilombo onde Áurea vive há um forte sentimento de comunidade. Os kalungas se ajudam muito e não deixam um vizinho passar necessidade. Se falta alguma coisa para algum integrante, a comunidade se organiza para ajudar.

Esse sentimento de unidade é muito presente nos remanescentes quilombolas em geral, como afirma Ananias Viana, líder da comunidade baiana Kaonge.

"Ninguém faz nada no individualismo porque é mais difícil de conquistar. É tudo no coletivo. Até a produção é no nível coletivo. Quem quiser plantar, colher em suas roças no fundo da casa, tudo bem", diz.

"Mas, para projeto de sustentabilidade, aqui tem que ser coletivo porque é a maneira que os nossos ancestrais fizeram e é a maneira que a gente considera melhor para a produção."

CONT.



Os quilombolas kaonges uniram esforços com outros remanescentes que vivem na região do Vale do Iguape (BA) e buscaram no próprio dia a dia a solução para que ninguém precisasse deixar as comunidades em busca de vida melhor.

Mais de 300 pessoas de 13 remanescentes da região se organizam em núcleos de produção e fazem a engrenagem funcionar.

Eles plantam frutas, legumes e verduras, colhem mel, cultivam ostras, produzem artesanato e mostram suas atividades diárias para turistas e visitantes. Os jovens participam de todas as atividades e isso integra as diferentes gerações.

Cidade no interior da Bahia tem costumes antigos

Há poucos anos, a cidade de Santiago do Iguape, no interior da Bahia, começou a se descobrir quilombola. O nome quilombola pode até ser novo para os mais de 2.500 habitantes do local, mas os costumes são antigos.

"A gente ainda quer continuar no final de tarde tomando um banho de mar, caindo do cais [pulando no rio], a gente ainda quer acompanhar as marisqueiras, ainda quer ver com os nossos idosos, mestres do saber cantando, conversando", diz Pan Batista, uma das líderes da comunidade nesse processo de reconhecimento.

Para a Comunidade do Muquém, em Alagoas, que fica bem próxima ao famoso Quilombo dos Palmares, foram as mãos no barro que deram um horizonte produtivo para quem vivia ali.

Dona Irinéia é uma das famosas artesãs da comunidade e tira da cerâmica o sustento da família. "Eu comecei a fazer bonequinhos para brincar com as coleguinhas, panelinhas para brincar de cozinhar", afirma.

Anos mais tarde, ela começou a fazer cabeças inspiradas em negros escravizados. "Eu modelava uma bolinha, botava um nariz, fazia a boca. As primeiras ficaram muito feinhas. Mas, depois, eu fui melhorando", diz.

As peças de dona Irinéia já foram vendidas no Brasil e no exterior. "Já vendi para gente de São Paulo, do Rio de Janeiro, Recife, de Brasília, da Paraíba, do Espírito Santo, de Minas Gerais. Vários lugares. Tem uns que eu nem sei para onde fica", diz.

"Outro dia eu estava na casa da minha filha e uma senhora me ligou dizendo que tinha visto o meu trabalho na internet e achado muito bonito. Aí ela disse: você sabe com quem está falando? Você está falando com uma mulher dos Estados Unidos".

Dona Irinéia enviou uma peça para lá, mas disse que não sabe se a "mulher dos Estados Unidos" recebeu.



Manifestantes quilombolas liberam a PA-252

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 19.11.2013

A comunidade quilombola de Santana do Capim, localizada próximo ao município de Abaetetuba, desbloqueou, no início da tarde desta terça-feira (19), a rodovia PA-252, no nordeste paraense, que estava interditada desde a manhã de ontem (18).

De acordo com a secretária da associação dos quilombolas, Ana Cristina Ferreira, representantes da Secretaria de Estado de Transportes (Setran) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) estiveram no local e firmaram um acordo com os manifestantes. "Ficou acertado que em breve receberemos energia elétrica nas comunidades, além da construção de um posto de saúde", afirmou Cristina.

Ela conta ainda que a empresa responsável pela construção da ponte "se comprometeu de analisar melhor a situação das famílias que têm casas próximo à construção e verificar se elas serão remanejadas ou ressarcidas".

O trânsito no local está fluindo normalmente.

(DOL)

Consuni aprova cota para quilombolas na UFT

SÍTIO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS, 19.11.2013



Auditório do Bloco IV ficou lotado para a reunião do Consuni que decidiu pela criação da reserva de vagas para quilombolas (Foto: Taciano Gouveia)

Na tarde desta terça-feira (19), véspera do Dia Nacional da Consciência Negra, durante a reunião do Conselho Universitário (Consuni) da Universidade Federal do Tocantins, foi aprovada a cota para estudantes pertencentes a comunidades quilombolas no processo seletivo dos cursos de graduação da UFT. O Conselho reuniu-se no auditório do Bloco IV, e a sessão foi conduzida pelo reitor Márcio Silveira e pela vice-reitora Isabel Auler.

Após explanação e discussão da proposta pelos conselheiros, eles votaram de modo unânime pela criação de uma cota específica para moradores e descendentes de comunidades quilombolas no processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da UFT, garantindo 5% das vagas disponíveis (o que perfaz um total de 85) para os candidatos com este perfil, para ingresso a partir do segundo semestre de 2014.

"Estou muito feliz, não só por mim, mas por todas as comunidades quilombolas, por este espaço aberto na UFT, um espaço que nós não tínhamos antes, mas agora reconhecidamente como quilombolas", disse Samara Tavares da Silva, estudante e representante das comunidades de Carrapato, Mata e Formiga sobre a aprovação da cota.

Outro estudante que comemorou a aprovação foi Clebson Crisóstomo Valadares, da

CONT.

comunidade quilombola Poço Dantas, no município de Almas. "É algo muito importante e que vai trazer oportunidade aos jovens e também a adultos que desejam estudar na universidade", disse. Na reunião do Consuni também estiveram presentes o secretário estadual do Meio Ambiente e ex-reitor, professor Alan Barbiero, e mais de 70 representantes de comunidades quilombolas do Tocantins, além de estudantes e integrantes de movimentos de luta pelos direitos dos negros e quilombolas.



Votação histórica: por unanimidade, conselheiros votam a favor das cotas para quilombolas
(Foto: Taciano Gouveia)

Entre as considerações apresentadas pelas lideranças quilombolas, a principal se referia ao percentual de 5% das vagas para os cotistas, o mesmo número da cota para indígenas. O questionamento foi feito porque os números da presença de quilombolas no estado é consideravelmente maior do que de indígenas, introduzindo a sugestão para a reserva de 10% das vagas.

A vice-reitora Isabel Auler apresentou uma leitura da projeção dos números de cotas para os anos de 2014, 2015 e 2016. A vice-reitora mencionou que estes 5% serão disputados exclusivamente entre os quilombolas, e que o atual sistema do Ministério da Educação destina mais 25% das vagas deste ano, outros 37% no próximo ano, e atinge 50% em 2016, para estudantes de escolas públicas, indígenas, negros e pardos.

"A universidade não pode fechar suas portas para os oprimidos, para as minorias e para todos aqueles que precisam dela", disse o reitor Marcio Silveira quando da apresentação da proposta durante a reunião, enfatizando a importância do momento histórico e da relevância da aplicação da política pública referente à inclusão de quilombolas pela UFT, de modo pioneiro - assim como foi para as cotas indígenas.



Quilombolas ainda sofrem preconceito, diz lavradora

SÍTIO REVISTA EXAME, 19.11.2013

Lavradora do maior território remanescente quilombola do país, o Patrimônio Cultural Kalunga em Goiás, afirma que ser kalunga era quase um xingamento

Quando era jovem, ser kalunga era quase um xingamento. Hoje é motivo para se orgulhar. "Antigamente kalunga era discriminado mesmo. Ninguém queria ser 'kalungueiro'", conta. "E hoje, a maioria quer ser kalungueiro, até gente branca do cabelo bom quer ser 'kalungueiro'. Às vezes, até quem não é já quer ser. Pelo menos eu já ouvi o povo falar isso. Mas diz que um mentiroso faz 12 [pessoas] mentir", brinca aos risos.

Com seu jeito simples, Leotéria tem orgulho dos integrantes da comunidade que estudaram e têm uma profissão. "Hoje já tem kalunga que está engravatado. Tem mulher também que trabalha em vários lugares que é kalunga. Isso é importante pra nós", destaca.

"Antes só gente branca tinha valor, gente preta não tinha. Mas hoje gente preta já tem valor. Hoje eu sinto orgulho de ser kalunga. Só não quero ser discriminada igual eu já fui". Perguntada sobre ter sido alvo de preconceito, ela foi direta: "Qual o preto que nunca foi discriminado?".

O preconceito ainda é uma cruel realidade da população negra no país. De acordo com a pesquisa das Características Étnico-Raciais da População, feita pelo IBGE, 63,7% dos entrevistados, disseram que a cor ou raça influencia na vida, principalmente no trabalho. A realidade do país é traduzida com a sabedoria simples da lavradora que não esudou, mas aprendeu muito com a vida: "Se [a pessoa] vê a gente bem asseadinho no meio da sociedade a gente é valorizado, se não tiver bem preparado, às vezes pisa na gente e nem enxerga", lamenta. E deixa uma lição: "Preto, branco, tudo tem o mesmo sangue".

Historiador de Campos, RJ, lança livro em SC sobre quilombolas

SÍTIO G1 – NORTE FLUMINENSE, 19.11.2013

*Escritor também vai ministrar palestras sobre as comunidades quilombolas.
Lançamento é durante a programação da Consciência Negra.*



Escritor de Campos vai até Joinville
(Foto: Reprodução / Prefeitura de Campos)

O historiador Hélvio Cordeiro, de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, está em Santa Catarina, para ministrar diversas palestras sobre as comunidades quilombolas e o negro no Brasil. O escritor também lançou o livro "Quilombo - Terra da Esperança".

O lançamento foi na segunda-feira (18) durante a programação do Mês da Consciência Negra da cidade de Joinville. O convite foi feito pela Secretaria Municipal da Família e Assistência Social, que também participa do evento.



Cultuar vai à Alerj debater situação quilombola

SÍTIO PREFEITURA DE ANGRA, 19.11.2013

Audiência públicas debateu necessidade de políticas públicas

No início do mês aconteceu a audiência pública da comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), onde debateu a situação das comunidades quilombolas no estado do Rio de Janeiro e se ressaltou a necessidade de políticas públicas para garantir o direito fundiário dessas comunidades.

O encontro, que teve como mediador o deputado estadual Robson Leite, contou ainda com a presença, da representante da Fundação Palmares, Neia de Alcântara, do secretário de Cultura de Paraty, Ronaldo dos Santos e da representante da Superintendência de Sociedade e Cultura, da Secretaria Estadual de Cultura, Fernanda Buarque. A Fundação Cultural de Angra (Cultuar) viabilizou a ida de dois representantes do quilombo Santa Rita do Bracui na audiência pública.

De acordo com Neia de Alcântara, representante regional da Fundação Cultural Palmares, atualmente existem 1.904 comunidades quilombolas reconhecidas, e outras 2.278 em processo de reconhecimento em todo o país. No estado do Rio de Janeiro, porém, são apenas 44 comunidades entre as duas categorias, e o quilombo Santa Rita do Bracui é uma delas.

Debateu-se também a proposta de emenda constitucional federal (PEC) 215/00, que passa ao Poder Legislativo a responsabilidade pela demarcação de terras indígenas e também de comunidades quilombolas, o que atualmente é de competência do Poder Executivo.

— Um dos problemas mais graves que atinge tais localidades é a questão fundiária, e é necessária a união de todas as esferas governamentais para que se desenvolvam políticas públicas que tragam benefícios reais à essas populações —pontuou Neia.

A questão da educação em território quilombola foi pautada pelos participantes de Angra.

— Estamos vindo de um fórum na Escola Municipal Aúrea Pires da Gama. A escola fica no nosso bairro e já segue diretrizes da educação quilombola. Isso é um grande avanço, mas precisamos da ajuda, sobretudo, dos deputados, para que esse ensino não seja somente na educação básica e sim na rede estadual, e, quem sabe, até mesmo na implementação de uma universidade que trate do tema na nossa comunidade. Por que não? — sugeriu a quilombola angrense Fabiana Ramos.



UFMG e UFBA se unem para estudar saúde de população quilombola

SÍTIO JORNAL BRASIL, 19.11.2013

Acabam de ser divulgados os primeiros resultados de uma série de pesquisas sobre a saúde da população quilombola, realizadas por meio de parceria entre o Programa de Pós-graduação em Saúde Pública da Faculdade de Medicina da UFMG e o Instituto Multidisciplinar de Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

O projeto COMQUISTA: comunidades quilombolas de Vitória da Conquista – avaliação de saúde e seus condicionantes consiste em um doutorado institucional, no qual os doutorandos, docentes da UFBA, são orientados por professores da UFMG. Duas teses já foram defendidas. Uma delas identificou prevalência de 45% de hipertensão nas comunidades quilombolas analisadas, localizadas no município de Vitória da Conquista (BA). A prevalência média na população brasileira varia de 19 a 36%.

A utilização de medicamentos na população mencionada foi objeto de outra tese já encerrada. Até 2014, serão concluídas pesquisas sobre a utilização dos serviços de saúde e sobre a prevalência de obesidade entre os quilombolas da região. Também estão em andamento estudos sobre depressão, oportunidade perdida de diagnóstico de diabetes, realização de exames preventivos para câncer de colo, dor nas costas, segurança alimentar, uso de álcool e autopercepção de saúde.

“Nossos resultados indicam alta proporção de hipertensão, baixa utilização e dificuldade de acesso a serviços, pequeno número de participantes que fizeram exames preventivos para câncer de colo uterino ou diagnóstico precoce de diabetes”, adianta o coordenador do doutorado interinstitucional, Mark Drew Guimarães, professor da Faculdade de Medicina.

Segundo ele, a população analisada é predominantemente rural, de ancestralidade negra, constituída por descendentes de escravos, com indicadores socioeconômicos muito baixos. Trata-se, segundo Mark Drew, de trabalho inédito. “É um estudo abrangente e que utiliza de instrumental semelhante ao da Pesquisa Nacional de Saúde, em andamento no país. Existem pesquisas com níveis variados de aprofundamento e metodologias diversificadas, principalmente qualitativas”, afirma.

O doutorado interinstitucional da UFMG com a UFBA começou em 2010. Além de Mark Drew, são orientadores os professores do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina da UFMG Ada Ávila Assunção, Mariângela Leal Cherchiglia, Sandhi Maria Barreto e Waleska Teixeira Caiaffa; a professora Cibele Comini César, do Cedeplar/Face e do Departamento de Estatística do Icx; o professor da Faculdade de Farmácia Francisco de Assis Acurcio; e a professora da Ufop Luana Giatti, pesquisadora do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (Elsa) na UFMG.

Fonte: UFMG



Pará registra avanços no atendimento a comunidades quilombolas

SÍTIO AGÊNCIA PARÁ, 19.11.2013

Com o maior número de títulos de terra entregues a comunidades remanescentes de quilombos em todo o país – 47% dos títulos emitidos –, o Pará comemora nesta quarta-feira (20) o Dia Nacional da Consciência Negra. No Estado, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 76,6% dos habitantes se definem como pretos ou pardos.

O governo do Estado já entregou 49 títulos coletivos a 102 comunidades quilombolas, desde 1996. “Diversas conquistas foram alcançadas por essas populações ao longo de décadas”, destaca Adelina Braglia, presidente do Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (Idesp), e uma das pioneiras no trabalho com os quilombolas.

O Pará já identificou 450 comunidades quilombolas, a maioria concentrada nas regiões do Baixo Amazonas e Baixo Tocantins. “O Pará foi o primeiro Estado brasileiro a implantar a legislação e a política de titulação de terras destinadas a essas comunidades”, informa Adelina.

A atenção do governo estadual com a questão quilombola no Arquipélago do Marajó foi iniciada com a criação do Programa Raízes, destinado ao atendimento de demandas das populações indígenas e quilombolas. “Apesar de todas as conquistas ainda somos um país racista. Por isso, precisamos de 365 dias de Consciência Negra, não apenas de um”, diz Adelina Braglia. “Historicamente, o negro sempre ocupou posições menos favoráveis. Assim, a data simboliza a necessidade que a sociedade tem de enfrentar essa luta”, acrescenta.

Com o objetivo de defender os direitos dos quilombolas, o Estado criou a Comissão Estadual de Políticas para Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Pará, por meio do Decreto nº 261, de 22 de novembro de 2011. A entidade é composta por representantes de órgãos estaduais, entre os quais o Idesp.

De acordo com o Instituto, o cenário atual do Pará mostra que, de cada 100 brancos, 58 estão no mercado de trabalho, e de cada 100 pessoas negras acima de 10 anos, 60 estão trabalhando. Das pessoas com 15 anos ou mais, não alfabetizadas, cerca de 540 mil são negras, e 106 mil são brancas.

Texto:

Samilla Batista - Secom

Secretaria de Estado de Comunicação

Travessa Apinagés, nº 270, entre Rua dos Tamois e Mundurucus Bairro de Batista Campos
CEP: 66033-170

Fone: (91) 3202-0901

Site: www.agenciapara.com.br Email: gabinete@secom.pa.gov.br



Caminhada Zumbi dos Palmares e Missa dos Quilombos marcam Dia da Consciência Negra

SÍTIO SANTANA DIGITAL, 19.11.2013

O Dia da Consciência Negra é comemorado nesta quarta-feira, 20, em todo o Brasil. No Amapá as festividades começaram no dia 16 e vão até o próximo dia 25, numa intensa programação envolvendo todas as comunidades quilombolas do Amapá e a comunidade em geral. Mas é no dia 20 que ocorre a Caminhada Zumbi dos Palmares, às 14h, com saída Fortaleza de São José de Macapá até ao Centro de Cultura Negra, no Bairro do Laguinho, onde também acontece às 20h, a celebração da tradicional Missa dos Quilombos.

A Caminhada Zumbi dos Palmares, será um momento de grande confraternização entre os povos. Além de uma homenagem ao líder da resistência negra, no período do Brasil colonial, será uma grande manifestação pela paz e igualdade entre os seres humanos. "Será um momento onde todos, negros, brancos, amarelos, pardos, indígenas, a representação da miscigenação do povo brasileiro, estará reunida para louvar a paz e a integração", convoca o governador Camilo Capiberibe.

A concentração será na Fortaleza de São José com saída às 14h. Carro som e grupos afrodescendentes, com a identificação das várias comunidades quilombolas e a população em geral, estão sendo convocada para participar deste momento de confraternização e manifestação de paz e alegria, simbolizando a união dos povos.

A Missa Quilombola, que já faz parte da principal manifestação religiosa no tradicional sincretismo religioso, comemorado neste dia 20, no Centro de Cultura Negra do Amapá. A Missa celebrada pelo padre negro, Paulo Roberto, contará com a presença, no mesmo altar, dos líderes religiosos da cultura afrodescendentes, Pai Salvino, Pai Marcos e a Mãe Iolete.

Na história das religiões, o sincretismo é uma fusão de concepções religiosas diferentes ou, a influência exercida por uma religião nas práticas de outra. Ecumenismo é o processo de busca da unidade. O termo ecumênico provém da palavra grega οἰκουμένη (oikouméne), designando "toda a terra habitada". Num sentido mais restrito, emprega-se o termo para os esforços em favor da unidade entre igrejas cristãs; num sentido lato, pode designar a busca da unidade entre as religiões.

Uma Missa diferente

Em Macapá, a Missa dos Quilombos representa um dos pontos ápices da programação da Semana da Consciência Negra e também o momento mais emocionante, pois reúne todas as comunidades negras numa manifestação de sincretismo religioso, fé e tradição. Se identifica a diversidade de adeptos, com as bandeiras de Santo e localidades, com imagens de santo e de entidades, roupas brancas mesclando-se com o intenso colorido das saias rodadas das mulheres do Marabaixo e do Batuque.

CONT.



No altar erguido no palco, uma imagem de quase um metro de altura de Nossa Senhora da Conceição, divide o espaço com os Orixás, entidades, encantados e caboclos que na visão de pai Salvino, também estarão presentes na celebração, regozijados de satisfação. Também este ano, o Candomblé e a Umbanda mantém a participação na celebração, considerado pelos religiosos como o reconhecimento e o fortalecimento das religiões de matrizes africanas.

"Esse momento demonstra que estamos sendo valorizados enquanto sacerdotes e religiosos. Sem dúvida é a maior prova de que o mundo pertence a Deus, que tem várias faces, mas, ao final, é um só. A Missa dos Quilombos, a Semana da Consciência Negra, é um modelo de congregação para se alcançar a paz, pois aqui as diferenças são respeitadas e celebradas sem divisões", declarou pai Marcos.

Envolvida por rituais, a Missa dos Quilombos inicia com orações do catolicismo, da umbanda e do candomblé, bem como os cânticos de cada religião, incluindo os da língua africana Iorubá (Nigéria) e canções populares das lutas dos negros nas senzalas e por liberdade. Do início ao fim, mais de uma hora de celebração, a presença marcante dos sons das caixas de percussão, acompanhando cada ritual.

Dois momentos especiais são a oferenda e o banho de cheiro. No primeiro, representantes de comunidades tradicionais, religiões de matrizes africanas, negros, sejam jovens ou idosos, entram no anfiteatro e colocam em uma mesa oval, central, farta seleção de frutas. Em seguida é distribuída às pessoas presentes. O ritual representa o cultivo da terra fértil, a saúde, a partilha.

Após a ceia, vem a purificação do espírito com o esperado banho de cheiro, feito a partir de ervas, flores, incensos, perfumes. Com baldes cheios do banho e um ramo de erva na mão, os colaboradores da Missa passam aspergindo o galho de erva por todo o ambiente, lavando as impurezas e deixando nas pessoas e no ambiente um aroma gostoso no ar.

Após a Missa dos Quilombos, a programação profana continua com apresentações dos grupos de Marabaixo e Batuque, numa festiva comemoração noite adentro.

Rita Torrinha/Secult e Édi Prado/Secom



Ato nesta quarta-feira, no TRF, em defesa da comunidade quilombola Paiol da Telha
SÍTIO SINTRAJUFE/RS, 19.11.2013

Nesta quarta-feira, 20, às 18h, será realizado um ato público, com saída do TRF e caminhada até o Largo Zumbi dos Palmares, somando-se à marcha unificada do Dia da Consciência Negra. O julgamento do caso do Paiol da Telha, comunidade quilombola do Paraná, entrará em pauta no TRF4 no dia 28. A Frente Nacional em Defesa dos Territórios Quilombolas – Seção RS, já vinha informando sobre as implicações do julgamento para o conjunto das comunidades quilombolas, na medida em que este questiona a constitucionalidade do decreto 4.887/2003 (que trata do procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por comunidades quilombolas).

Os ataques aos povos originários e quilombola vêm se aprofundando, como demonstram as recentes medidas de suspensão da demarcação em Sananduva, Projetos de Emenda Constitucional como a PEC 215/2000, assassinatos e ameaças de morte. Em uma ironia histórica, no dia 14 de novembro, aniversário do massacre e traição de Porongos, onde os Lanceiros Negros foram traídos pelos farroupilhas, foi recebida a informação sobre a pauta desse julgamento.

É importante a presença de todos para demonstrar aos desembargadores que o povo está atento e exigir que seja feita a verdadeira justiça, garantindo o direito do território ancestral do Paiol da Telha. Vá ao ato e clique aqui, onde está disponível o abaixo-assinado de apoio à comunidade.

A questão quilombola está na pauta da programação da Semana da Consciência Negra do Sintrajufe/RS veja a programação e participe.



Titulação de terras quilombolas

SÍTIO ENVOLVERDE, 19.11.2013

Um balanço divulgado esta semana pela Comissão Pró-Índio de São Paulo aponta que, em 2013, o governo federal não concedeu nenhum título às comunidades quilombolas.

O documento aponta também que, durante todo o governo da presidenta Dilma, foram emitidos apenas quatro títulos de terras quilombolas, que somam 597 hectares, onde vivem 124 famílias. Atualmente, 204 comunidades quilombolas contam com suas terras tituladas, o que representa 6,8% das três mil comunidades que se estima existirem no Brasil.

Para que todas as comunidades tenham seus territórios reconhecidos, seria preciso dar andamento aos mais de mil processos que estão hoje abertos no Incra. Além do governo federal, os governos estaduais também podem conceder titulações. Enquanto nos últimos dez anos a esfera federal concedeu 16 títulos, os governos estaduais foram responsáveis por 61 titulações. (Envolverde)

Terras Quilombolas: demora no processo de regularização se repete por todo o Brasil
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.11.2013



Moradias precárias e dificuldade de subsistência são problemas recorrentes em comunidades quilombolas.
Foto: MPF/BA

A Constituição de 1988 assegurou, no artigo 68 dos Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que “aos remanescentes das comunidades de quilombos é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos”. Atualmente, há 2.007 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares. Desse número, cerca de 1.300 já têm processo aberto no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), órgão responsável pelo processo de regularização. No entanto, até maio de 2013, apenas 139 títulos de propriedade coletiva haviam sido emitidos.

Como se verá nos próximos parágrafos, o problema não é isolado. Ao contrário, se repete no país inteiro. Em geral, a emperna em algumas das etapas conduzidas pelo Incra: identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação ou titulação das terras (confira aqui o passo a passo). Também há casos em que produtores rurais ingressam com ações judiciais para impedir que o processo se complete. Os resultados mais visíveis são dificuldade de subsistência, violência e preconceito.

Na Bahia, a comunidade quilombola Rio dos Macacos, existente há mais de 200 anos, enfrenta um conflito com a Marinha do Brasil há cerca de 42 anos, quando o local onde a comunidade está instalada foi escolhido para a construção da Base Naval de Aratu. Desde então, os integrantes da comunidade, que hoje conta com mais de 300 pessoas, alegam ser alvo de

CONT.



ações violentas, praticadas por oficiais da Marinha, na intenção de expulsar cerca de 46 famílias residentes no local.

O conflito ganhou ainda mais força após a decisão da Justiça Federal na Bahia, que determinou a desocupação de área situada na Base Naval de Aratu pela comunidade quilombola. Em maio deste ano, o MPF ajuizou agravo de instrumento perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, contra a decisão.

Em 2011, o MPF já havia proposto ação civil pública pedindo que a Justiça determinasse a permanência da comunidade no local, mas os pedidos não foram acatados. Em junho de 2012 o órgão expediu uma recomendação ao Comando do 2º Distrito Naval da Marinha do Brasil, visando a coibição de prática de atos de constrangimento físico e moral contra os quilombolas.

A ação mais recente do MPF foi uma recomendação expedida em 30 de outubro de 2013 para que o Incra adote as medidas efetivas para a publicação do relatório técnico de identificação e demarcação (RTID) da comunidade Rio dos Macacos. A recomendação visa a dar celeridade ao processo de reconhecimento da comunidade e é resultado de audiência pública realizada no dia 23 de outubro. De acordo com o procurador regional dos direitos do cidadão Leandro Nunes, não existem justificativas razoáveis para a morosidade na publicação do RTID, visto que já decorreram mais de seis meses desde a data da elaboração do documento.

No norte do Espírito Santo, vivem as comunidades de São Domingos e de Santana. O processo de regularização de suas terras está no Incra desde 12 de abril de 2011 e pronto para julgamento de recurso desde 23 de janeiro de 2012. Mas depende da presidência do órgão.

Neste ano, o MPF manifestou-se contrário a uma ação judicial que pretende anular o procedimento de demarcação. A ação está sendo movida por 14 produtores rurais contra o Incra. Os autores afirmam que, além de não terem sido notificados do início dos trabalhos de identificação da área, os moradores da localidade de São Domingos e Santana não são remanescentes de quilombolas e que a região demarcada nunca foi um quilombo.

Para o MPF, não há qualquer nulidade a ser declarada, pois a fase do procedimento de demarcação contestada pelos autores tem como objetivo, justamente, identificar a terra, seus limites e seus habitantes. Além disso, os autores foram notificados posteriormente, na época da publicação do RTID.

O MPF também contesta a alegação dos produtores rurais de que a área nunca foi quilombo ou habitada por quilombolas. De acordo com o parecer do órgão, a definição de quilombolas como escravos fugidos e de quilombos como os espaços utilizados como esconderijo por esses escravos durante o período escravocrata não corresponde à compreensão mais adequada e recente das ciências humanas e jurídicas sobre o assunto. Pelo contrário, a correta conceituação de comunidades remanescentes de quilombos e das terras por elas ocupadas segue determinação do Decreto 4887/2003, segundo o qual são considerados remanescentes das comunidades dos quilombos os grupos étnico-raciais com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

CONT.



No sul do Rio de Janeiro, o MPF em Resende recorreu de 12 sentenças da Justiça Federal que extinguiram ações de desapropriação ajuizadas pelo Incra em 2012 para garantir o direito à terra tradicional à comunidade quilombola de Santana, localizada no município de Quatis. Nas sentenças recorridas, a 1ª Vara Federal de Resende declarou inconstitucional o Decreto nº 4887-2003, que embasou as ações movidas pelo Incra para assegurar os direitos dos remanescentes de quilombos, extinguindo 12 processos de desapropriação que tramitavam na Justiça Federal em Resende.

Nos recursos apresentados pelas procuradoras da República Luciana Gadelha e Izabella Brant, o MPF também pede a imediata suspensão da decisão da Justiça Federal, com objetivo de assegurar o prosseguimento dos processos de desapropriação em primeira instância. "Acaso confirmadas as sentenças proferidas pelo magistrado, estarão sendo gravemente atingidos direitos fundamentais da referida comunidade, que depende de seu território não só para viver seus costumes e tradições, mas também para assegurar a sua própria subsistência e a continuidade do grupo. Da mesma forma, estarão sendo atingidos interesses coletivos de toda a população brasileira, diante da perda de valiosa parte do patrimônio cultural do país", afirmam as procuradoras.

Entenda mais o caso

A Fundação Cultural Palmares emitiu em 2000 um título de Reconhecimento de Domínio em favor dos remanescentes do Quilombo de Santana. No entanto, o título não foi registrado no cartório de imóveis de Quatis, devido a dúvidas levantadas em virtude da existência de outros títulos registrados na área de terra do quilombo. De acordo com os processos movidos pelo Incra, o agravamento dos conflitos se deu por conta desses outros títulos de propriedade registrados na área, que é reconhecida como pertencente aos quilombolas de Santana. Para o MPF, a desapropriação e indenização a proprietários privados minimiza os conflitos.

A comunidade tem seu território em uma antiga fazenda movida pela mão de obra dos escravos pertencentes ao Barão Cajuru. Após o fim da escravidão, a família do Barão doou em 1903 um pedaço de terra para cada escravo. Os quilombolas de Santana apresentam em sua memória social tradições culturais, presentes no jongo e na prática da medicina alternativa. O jongo é uma dança ritualística que vem do tempo dos escravos, sendo realizada em torno de uma fogueira, seguida de cantorias e do som dos tambores. No território quilombola há ainda sítios históricos, que são reveladores da antiguidade de seu povoamento e da utilização da mão de obra escrava na fazenda que existia ali, a exemplo de ruínas do casarão, sede da fazenda do Barão do Cajuru e da capela de Santana, construída no ano de 1867.

Em vistoria realizada pelo MPF, constatou-se que a comunidade vive em situação de extrema pobreza, em moradias precárias, sem condições de subsistência. Diante da pressão pela ocupação da terra pelos fazendeiros vizinhos, restaram apenas pequenas áreas de relevo íngreme para a comunidade, não sendo adequadas à atividade agrícola, tradicionalmente desenvolvida. A nascente, que sempre foi utilizada para abastecimento de água da população, foi cercada por um dos fazendeiros vizinhos e, segundo relatado, sofre contaminação pela circulação de gado no seu entorno.

CONT.



No Rio Grande do Sul, algumas comunidades, ainda que próximas à titulação, enfrentam grandes dificuldades para acessar as políticas destinadas às populações tradicionais. O MPF precisou ajuizar uma ação civil pública (ACP nº 5043925-95.2013.404.7100) contra o governo do Estado para reparação de dano moral coletivo, cobrando providências em relação a abordagens que moradores do quilombo Família Silva (que, inclusive, já possui título de suas terras) sofriam da Polícia Militar.

Segundo dados o Incra, 81 municípios do RS abrigam populações quilombolas. Desde 2004, 80 processos para titulação foram abertos no estado, mas apenas três foram concluídos: Família Silva (Porto Alegre), Chácara das Rosas (Canoas) e Casca (Mostardas).

Em Pernambuco, o MPF manifestou-se, em julho de 2012, na ação de desapropriação para regularizar a Fazenda Velha, imóvel rural situado na área do território quilombola Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, a 515 quilômetros de Recife. A Justiça Federal acatou, em agosto do ano passado, a ação proposta pelo Incra em favor dos quilombolas. A decisão beneficiou cerca de quatro mil pessoas que residem no local há mais de meio século, vivendo da agricultura, pesca, apicultura, pecuária e artesanato.

Outro caso em que o MPF atuou foi o do imóvel Chácara Sucupira, situado no território quilombo Castainho, no município de Garanhuns, distante 220 quilômetros de Recife. A sentença da Justiça Federal, proferida em maio de 2010, foi a favor da permanência da terra com os quilombolas. Os autores da ação, que afirmavam possuir o imóvel havia mais de dez anos, reivindicaram a reintegração de posse da chácara. A Justiça, ao negar o pedido, ressaltou que a propriedade foi adquirida em 1993, ou seja, após a Constituição Federal de 1988, e que o local já estava ocupado pela comunidade remanescente do quilombo Castainho.

No Amazonas, o MPF vem adotando uma série de ações, a maioria delas extrajudiciais. Instaurou, por exemplo, um inquérito civil público para acompanhar o processo de identificação da comunidade do Barranco, localizada no bairro da Praça 14 de Janeiro, como remanescente de quilombo. O inquérito foi iniciado após visita do procurador da República Julio José Araujo Junior à comunidade, em 16 de outubro deste ano.

Além disso, em 24 de outubro, foi realizada reunião com comunidades Santa Tereza do Matupiri, Boa Fé, São Pedro, Trindade e Ituquara, localizadas no rio Andirá, no município de Barreirinha, a 331 quilômetros de Manaus. Na comunidade Santa Tereza do Matupiri, a presidente da Federação das Organizações Quilombolas do Município de Barreirinha, Maria Amélia dos Santos Castro, relatou que fazendeiros vêm provocando limitação da área da comunidade. Segundo ela, devido a essas limitações, algumas comunidades têm sofrido dificuldades para exercer a atividade de roçado. Já o representante da comunidade Boa Fé, João Jorge de Castro Rodrigues, pediu o apoio do MPF na delimitação das terras, evitando as titulações fraudulentas. Para Sebastião Douglas, da comunidade Santa Tereza do Matupiri, sem roça a comunidade não sobrevive, pois é sua atividade essencial, de onde extraem os alimentos para subsistência e produção de recursos.

No Pará, em outubro deste ano, o MPF e o Ministério Público estadual encaminharam a órgãos públicos estaduais e federais recomendação para que sejam suspensas as licenças e

CONT.



autorizações expedidas para pesquisa ou concessão minerária nas unidades de conservação da região do alto rio Trombetas, nos municípios de Faro, Oriximiná e Terra Santa, no noroeste do estado, região conhecida como Calha Norte do Pará.

O Ministério Público recomenda que a concessão ou não de novas licenças só seja decidida depois da realização de consulta prévia, livre e informada com as comunidades tradicionais da região. A consulta prévia é determinada pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário.

Em Santa Catarina, no início de 2013, o MPF requereu à Justiça Federal de Joaçaba a continuidade do processo de formação do Território Quilombola da Invernada dos Negros, na localidade de Corredeira, entre os municípios de Abdon Batista e Campos Novos, na região meio-oeste do Estado. O órgão rechaça a tese de que as ações de desapropriações estariam inviabilizadas pela ocorrência da decadência, passados mais de dois anos da assinatura do decreto presidencial de interesse social do território tradicional.

As ações de desapropriação, movidas pelo Incra, tem por objetivo promover a indenização, em dinheiro, dos agricultores que residem na área do Território Quilombola da Invernada dos Negros. O primeiro processo, já julgado em 2012, terminou em acordo entre o proprietário e o Incra.

No parecer, acolhido pela Justiça Federal, o procurador da República em Joaçaba, Daniel Ricken, e o procurador regional dos Direitos do Cidadão, Maurício Pessutto, afirmaram que a implementação dos territórios quilombolas "recupera a dignidade do elemento negro, ao reconhecer sua importância para a proteção da cultura brasileira tutelando sua representatividade e identidade étnica". Argumentaram, ainda, que os novos residentes, que explorarão a área em uso coletivo, terão assim garantidos tanto o direito à moradia quanto à preservação de suas práticas, usos e costumes.

Segundo os procuradores, identificada a Comunidade Remanescente de Quilombo e a sua área territorial nos moldes legalmente previstos, as ações de desapropriação em face de atuais ocupantes é medida administrativa naturalmente decorrente, à qual o Estado se obriga para regularização fundiária. Sendo assim, não cabe a fixação de prazo decadencial para sua promoção.

História

A Comunidade Remanescente de Quilombo Invernada dos Negros é composta por aproximadamente 30 famílias cujas origens remontam ao fim do século XIX. Em 1876, um fazendeiro da região, Matheus José de Souza e Oliveira, declarou em seu testamento que um terço de sua propriedade seria deixada a seus escravos, numa área de quase 8 mil hectares. Na época, o advogado responsável pela divisão de terras entre os herdeiros do fazendeiro apropriou-se de quase metade da área de terra legada aos ex-escravos.

Em 1988, com a promulgação da Constituição, passou-se a garantir às comunidades remanescentes de quilombolas o direito às terras que tradicionalmente possuíam. Essas áreas,

CONT.



destinadas a exploração coletiva, tem como garantir aos descendentes de escravos a preservação de seu modo de vida e de suas manifestações culturais.

Em 2004, o Incra iniciou o processo de titulação da área, acompanhado de perto pelo Ministério Público Federal. Após estudos e longas discussões judiciais, que incluíram uma audiência pública realizada pelo MPF, em 17 de junho de 2010 foi assinado pelo Presidente da República o decreto que declara os imóveis abrangidos pelo Território Quilombola Invernada dos Negros como de interesse social, determinando ao Incra a tomada das medidas para a avaliação e desapropriação dos terrenos, mediante o pagamento de indenização em dinheiro. Até fevereiro deste ano, dos mais de quarenta terrenos que integram o território, já foram propostas quatro ações de desapropriação na Vara Federal de Joaçaba, estando três ainda em tramitação na Vara Federal de Joaçaba e, na última, já concluída, o antigo proprietário recebeu a indenização correspondente.

Museu Nacional homenageia povos indígenas brasileiros

SÍTIO AGÊNCIA BRASÍLIA, 19.11.2013

Exposição faz retrospectiva de 30 anos de momentos e personagens históricos



BRASÍLIA (19/11/13) - O Museu Nacional da República recebe, na sua área externa, a partir desta terça (19), a exposição "Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos", que ficará aberta para visitação até 19 de dezembro.

A mostra comemora os 30 anos do Apoio Norueguês aos Povos Indígenas no Brasil e os 25 anos da Constituição brasileira. A entrada é franca.

"A Secretaria de Cultura, por meio do 'Programa Extramuros' do Museu Nacional, realiza esse evento em parceria com a embaixada da Noruega e reafirma a vocação de nossas instituições culturais ao abrigar manifestações que apoiem a diversidade e as causas dos povos indígenas no Brasil e no exterior", ressaltou o diretor do Museu Nacional, Wagner Barja.

A exposição traz momentos e personagens históricos, retratados em um período de 33 anos no qual os povos indígenas saíram da invisibilidade para entrar de vez no imaginário e na agenda do Brasil contemporâneo. O marco desse processo foi o capítulo dos direitos indígenas na Constituição.

O acervo da mostra é composto por 44 fotos, apresentadas em ordem cronológica, clicadas por 33 fotógrafos, com mapas e textos de apoio, em português e inglês.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210 / 2013

Brasília, 20 de novembro de 2013.

Fotos - Entre outros temas, as imagens retratam a batalha pelo reconhecimento das terras indígenas, a resistência às invasões de garimpeiros e madeireiros, o apoio de músicos como Sting e Milton Nascimento, a apropriação das tecnologias do homem branco, as ameaças aos últimos povos "isolados" e as mobilizações recentes pela garantia de seus direitos.

A mostra também conta com 18 totens, com fotos de ambos os lados. A iluminação noturna das peças será feita por coletores solares, no topo dos totens.

Abertura oficial - Nesta terça (19), às 19h30, na Praça Externa do Museu Nacional, haverá um show gratuito de abertura da exposição com a cantora Elle Márjá Eira, do povo indígena Sami, do norte da Noruega.

O evento terá a participação do secretário de Cultura do DF, Hamilton Pereira, do secretário de Estado para Assuntos Indígenas da Noruega, Anders Bals, e da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Assirati.

Serviço

Exposição: "Povos Indígenas no Brasil 1980/2013 – Retrospectiva em Imagens da Luta dos Povos Indígenas no Brasil por seus Direitos Coletivos"

Visitação: Até 19 de dezembro, de terça a domingo, das 9h às 18h30. Entrada franca.

Local: Praça Externa do Museu Nacional, Conjunto Cultural da República

(M.D*)

Acordo destina 251 hectares para indígenas Atikum em Nioaque

SÍTIO TRIBUNA MS, 19.11.2013



Permuta de área da União garante terra à comunidade Atikum.

Acordo assinado na quinta (14) entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a Prefeitura de Nioaque (190 km de Campo Grande) vai destinar área permanente para indígenas da etnia Atikum, em Mato Grosso do Sul.

Atualmente, cerca de 100 atikum vivem na Terra Indígena Nioaque, da etnia terena. O acordo prevê a permuta de uma área da União de 251 hectares no município de Caracol (MS) para a prefeitura, responsável por vender o imóvel e adquirir outro em Nioaque. A área a

ser adquirida pelo município, mediante oitiva e concordância prévia da comunidade atikum, será registrada em nome da União, com usufruto para os indígenas.

O modelo de negociação, proposto e intermediado pelo Ministério Público Federal, é inédito no país. Em resumo, é uma doação com encargo, no caso a obrigação de compra de uma área para os indígenas. A Prefeitura de Nioaque tem prazo de 3 anos para efetuar a compra da área.

Para o procurador da República Emerson Kalif Siqueira, o "acordo permitirá aos índios Atikum terem uma área própria para viverem, bem como significa uma comunhão de esforços entre as diversas esferas públicas na tentativa de minimizar o drama da questão fundiária indígena em Mato Grosso do Sul, podendo, inclusive, ser estendido, observadas as peculiaridades de cada caso, tanto para outras áreas em nosso Estado, quanto em outras unidades da federação".

O superintendente da SPU/MS, Mário Sérgio Sobral Costa, afirmou que "é uma das soluções para a população que foi expulsa de sua área originária. O MPF e a SPU conseguiram viabilizar uma propriedade que veio para a União por execução fiscal, isto é, foi executada por dívidas".

O prefeito Gerson Garcia Serpa afirmou estar "muito feliz por participar deste momento histórico, de grande importância para a comunidade atikum". Para o cacique Alliano José Vicente, "é um momento de felicidade, porque poderemos ocupar uma casa com liberdade. Eu agradeço a Deus e aos homens da administração por essa conquista".

Comunidade Atikum

Etnia indígena originária do sertão pernambucano, os atikum chegaram a MS na década de 1980, após serem expulsos de sua terra. Reconhecidos apenas em 1949 como etnia indígena, eles lutam agora pelo reconhecimento do direito à terra.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210 / 2013

Brasília, 20 de novembro de 2013.

Os indígenas atikum são originários da Serra de Umã, município de Floresta, no sertão de Pernambuco. São 5.183 pessoas (Funasa/2010), a maioria concentrada na Área Indígena Atikum, demarcada em 1996 pelo governo federal.

As primeiras menções aos índios atikum datam da década de 1940, quando procuraram o Serviço de Proteção ao Índio em busca do reconhecimento oficial de sua etnia e suas terras. O reconhecimento como etnia deu-se em 1949. Suas terras foram demarcadas em 16.290 hectares em 1996.

Os primeiros indígenas atikum chegaram a MS no início da década de 1980. Atualmente, são 118 indivíduos, que habitam a aldeia Cabeceira, na Reserva Indígena Terena de Nioaque, no sudoeste do estado. Estão ali por generosidade dos índios terena, que os acolheram e permitiram que vivessem e produzissem em uma área desabitada da Reserva.

Sem língua nem religião próprias, os atikum mantêm apenas um traço cultural original, a dança ritual Toré, em que os dançarinos vestem-se com roupas de palha e executam canto e dança em roda, com versos em forma de exaltação.

Dourados Agora

Lincoln Weiss



Brasília sedia Oficina Nacional de Saúde para povos indígenas

SÍTIO PORTAL BRASIL, 19.11.2013

Evento promove a troca de experiências na proteção territorial, promoção de direitos e atenção à saúde desta população

Teve início nesta segunda-feira (18), na Sede da Fundação Nacional do Índio, em Brasília, a Oficina Nacional sobre Metodologias de Atenção à Saúde, Proteção e Promoção de Direitos dos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato no Brasil.

Realizada pela Funai com o apoio da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, da secretaria Nacional de Articulação Social da Presidência da República, do ministério das Relações Exteriores e da secretaria de Saúde Indígena, o evento representa um momento inédito de diálogo entre os diversos órgãos do estado que possuem em suas atribuições alguma interface com o assunto.

Neste primeiro dia, foi discutido o atual panorama das questões de atenção à saúde, proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e recém-contatados no Brasil. Na ocasião, o coordenador-geral de Povos Indígenas Isolados e Recém-Contatados, Carlos Travassos, lembrou a atuação das Frentes de Proteção Etnoambiental, contextualizando o trabalho da Funai nessas áreas, para ele "Não basta ter leis e marcos legais que tratem do assunto. Para a política indigenista ter eficácia é necessário haver uma atuação em campo contínua. É um trabalho que tem que ser fortalecido para garantir a proteção desses povos". Carlos Travassos chamou a atenção para a necessidade de que todos os órgãos do governo realizem o papel de cada um no âmbito de competência para garantir a saúde e os direitos dos indígenas isolados e de recente contato.

Para o secretário especial da Saúde Indígena, Antônio Alves, a Oficina representa um marco na questão da saúde desses povos, "Aqui teremos a oportunidade de discutir propostas para levar saúde e proteger esses povos, pois é dever do governo fazer esse trabalho. E não podemos esquecer que uma determinante fundamental para a saúde indígena é a questão da terra." O secretário destacou que os resultados obtidos na Oficina deverão ser encaminhados ao Congresso Nacional, para que essa pauta entre na agenda do Legislativo.

A diretora do Departamento de Atenção à Saúde Indígena da Sesai, Mariana Maleronka Ferron, falou sobre a atenção à saúde no âmbito do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, segundo a diretora, "O princípio norteador da política de atenção à saúde indígena está totalmente ligado à proteção territorial e ambiental. Precisamos trabalhar com a prevenção, considerando o entorno das áreas habitadas por esses povos, agindo apenas quando for de fato indispensável, de modo a garantir a intervenção mínima".

O objetivo da Oficina é promover o intercâmbio e a sistematização de experiências na proteção
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210 / 2013

Brasília, 20 de novembro de 2013.

territorial, promoção de direitos e execução de estratégias de atenção diferenciada à saúde dos povos indígenas isolados e de recente contato. O evento também busca identificar possibilidades de trabalho conjunto entre a Funai, a Sesai e outros órgãos do Governo Federal para a proteção e promoção de direitos dos povos isolados e de recente contato e na atenção à saúde desses grupos.

As discussões continuam durante a semana e irão tratar de assuntos como legislação sobre atenção à saúde, proteção e promoção de direitos dos povos indígenas isolados e de recente contato, perfil epidemiológico e organização da atenção à saúde dos grupos de recente contato e possibilidades de geoprocessamento conjunto em territórios da saúde indígena.

Fonte:

Fundação Nacional do Índio

Produtores protestam e cobram o fim das invasões indígenas

SÍTIO JL NEWS, 19.11.2013



Enquanto indígenas invadem as terras que os pertencem por direito, produtores rurais prejudicados pelo ato protestam em Campo Grande exigindo alguma atitude por parte do Poder Público e do Governo Federal. Nesta terça-feira (19), a classe informou que estará reunida na quinta-feira (21) com o ministro da justiça, José Eduardo Cardozo, para debater uma solução e por em definitivo uma solução final para os conflitos em Mato Grosso do Sul.

Durante a manhã, o grupo, que contava com representantes da Acrisul (Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul) e do Sistema

Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária do MS), esteve reunido com o governador do estado André Puccinelli. O encontro visava encontrar soluções na esfera estadual para as invasões, além do apoio de Puccinelli para articular respostas positivas para o lado dos fazendeiros.

Na sessão ordinária da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (ALMS), o deputado estadual Zé Teixeira (DEM) se pronunciou em prol dos produtores rurais, conforme disse, a classe produtora está indignada com as invasões nas propriedades rurais, que poderiam ter sido inibidas. "O ministro será cobrado por estas novas invasões, uma vez que assinou um Termo de Cooperação com o Estado, autorizando e oferecendo estrutura para as forças estaduais de Segurança Pública a atuar subsidiando e complementando o trabalho da Polícia Federal. No entanto, este acordo não saiu do papel", lamentou.

Também durante esta manhã de terça-feira, produtores rurais de Tacuru, Laguna Carapã, Caarapó, Sidrolândia, Dois Irmãos do Buriti, Miranda e até mesmo de Guaíra, que pertence ao estado do Paraná, invadiram a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Campo Grande. Conforme a Famasul, a ação foi intitulada como Movimento de Agricultores Familiares Vítimas da Funai (MAFF). Os produtores reivindicam a paralisação das invasões, o cumprimento das reintegrações de posse, o fim dos processos de demarcação de áreas invadidas e a atuação do Governo Federal para por fim à insegurança no campo.

Nas contas do Sistema Famasul, já passam de 80 o número de fazendas invadidas por indígenas no estado, a última delas aconteceu nesta segunda-feira, no município de Dourados. Ao todo, são apontadas 120 regiões com conflitos entre indígenas e produtores em Mato Grosso do Sul.



MPF entra na Justiça contra Paranhos por melhorias em escolas indígenas

SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 19.11.2013

O MPF/MS (Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul) ajuizou ação contra a Prefeitura de Paranhos alegando que o Executivo Municipal não cumpriu acordo firmado em março deste ano que previa estruturação de escolas indígenas nos acampamentos da cidade.

Segundo a assessoria de imprensa do órgão, as crianças são discriminadas e convivem com a falta de merenda, professores e materiais de ensino e limpeza. A situação foi percebida em março quando um TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) foi proposto.

“Foram inúmeras as tentativas extrajudiciais de se tentar fazer cumprir o acordo, mas novos prazos eram estabelecidos e, novamente, descumpridos. Diálogo deixou de ser efetivo e só restou ao MPF cobrar as multas livremente pactuadas”, destaca o órgão ministerial.

Dessa forma, o Ministério Público pede a cobrança de R\$ 31,3 mil na ação pela demora da prefeitura em cumprir, integralmente, o TAC. O valor deve ser depositado no Fundo Federal, afirma a assessoria de imprensa. O órgão ainda pede o cumprimento das ações em um prazo de 15 dias, sob pena de multa de R\$ 1 mil por item descumprido.

Acordo – O acordo com o Ministério e a prefeitura foi firmado após investigações sobre a discriminação, pelos próprios indígenas, de crianças que viviam em outras comunidades, especialmente as em condição de acampamento.

O órgão apurou que empecilhos eram criados no encaminhamento de alunos indígenas de outras aldeias, que muitas vezes ficavam sem aula e sem alimentação. Além disso, as distâncias para o acesso aos ônibus escolares reduzia a frequência dos estudantes acampados.

Depois de ser procurada pelo MPF/MS, a prefeitura se comprometeu em melhorar as condições das escolas. O Executivo se comprometeu em criar extensões das salas de aula e estrutura para os alunos de acampamentos indígenas.

A Escola Indígena Municipal Pancho Romero, em Ypo’i, chegou a ter o anexo construído. Mas como faltou o fornecimento de merenda e de materiais escolares, assim como a contratação de professores e até a compra de quadro-negro, as aulas não tiveram início.

Prefeitura – O secretário municipal de Governo de Paranhos, Aldemir Ramos Dias, informou que a prefeitura trabalha para cumprir o acordo e revelou que duas escolas indígenas foram inauguradas neste domingo (17) e mais três serão entregues até fevereiro de 2014.

“Entregamos escolas nas aldeias de Paraguasu e Arroyo Corá. Outras três serão entregues nas aldeias Pirajuí, Potrero Guaçu e Sete Cerros até o ano que vem”, revela.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210 / 2013

Brasília, 20 de novembro de 2013.

O secretário ainda garantiu que as escolas são equipadas com salas de aula, salas de informática, salas de setor administrativo, banheiros, cozinhas e outros departamentos. Os ambientes também já estão com alunos. (Campo Grande News)



Mato Grosso consolida Informações Espaciais de Terras Indígenas

SÍTIO NOTÍCIAS MT, 19.11.2013

Mato Grosso consolidou a sua Base de Informações Espaciais referentes às terras indígenas no estado. O trabalho tem sido realizado desde o mês de março, quando técnicos da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (Seplan-MT) foram a Brasília para tratar do assunto junto à Fundação Nacional do Índio (Funai). O trabalho já foi concluído sob a base cartográfica de 1:100.000, sendo que a Funai solicitou até o mês de maio de 2014 para aplicar as informações sobre sua base de dados.

“Estivemos novamente em Brasília na semana passada para apresentar o relatório final do trabalho. Construímos uma via dupla de troca de informações, onde a Funai passará a utilizar a base cartográfica digital do Ministério do Meio Ambiente, a mesma que nós utilizamos na Seplan. Essa é base homologada para ser utilizada em todos os estados que formam a Amazônia Legal”, pontuou a engenheira cartográfica da Seplan, Lígia Camargo.

O trabalho não afeta a vida no campo, ou seja, a atual situação das terras indígenas. “Nós fizemos o refinamento da informação, que antes estava na base de 1:250.000”, acrescentou Lígia.

O trabalho foi feito pela Coordenadoria de Cartografia da Superintendência de Informação. A ação envolveu as 73 terras indígenas do estado. Cada uma delas teve seu memorial descritivo analisado e aplicado sobre o mapa do estado. Os dados serão encaminhados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) pela Funai.

Fonte: A NotíciaMT



Evento fortalece debate sobre capacidade produtiva dos povos indígenas
SÍTIO AGROOLHAR, 19.11.2013

Na busca pelo fortalecimento e ampliação das discussões em torno da segurança e soberania alimentar e nutricional dos povos indígenas brasileiros, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveu a 1ª Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena. Durante nove dias, o espaço montado nos Jogos dos Povos Indígenas 2013, realizados entre 8 e 16 de novembro, em Cuiabá, recebeu cerca de dois mil visitantes que tiveram a oportunidade de conhecer a cultura e o modo de produção das 15 etnias participantes.

Neste período, foram realizadas várias reuniões entre órgãos de governo e indígenas para discutir questões ligadas à produção, comercialização e políticas públicas. A partir dos debates, foram definidas ações necessárias para melhorar a capacidade produtiva dos povos indígenas, tanto para comercialização como autoconsumo. Nos estandes, agricultores venderam seus produtos e trocaram sementes com parentes de outras etnias.

“Por meio da feira cumprimos um papel importante. O de mostrar um pouco do que vem sendo produzido pelos povos indígenas por meio de suas inúmeras etnias espalhadas em todas as regiões do Brasil”, avalia o assessor especial para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira. Os resultados também puderam ser vistos nos próprios estandes. Desde o milho, o cará, o chocolate orgânico, o mel, quase todos os produtos levados, foram comercializados.

O evento também funcionou como momento para articulação do MDA com outros órgãos ligados à temática, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). “Marcou o estabelecimento de parcerias para o fortalecimento das políticas e apoios para a soberania alimentar de povos indígenas. Enquanto instituições do Governo Federal, somos colocados como corresponsáveis no etnodesenvolvimento destes povos na geração de alimentos saudáveis e em quantidade e qualidade para atender suas demandas”, pontua a pesquisadora Embrapa, Terezinha Dias.

Além da Feira, o espaço do MDA recebeu, ainda, o 1º Encontro Nacional de Agentes de Leitura Indígenas, com 18 voluntários de nove estados brasileiros. Eles debateram sobre o papel que irão desempenhar enquanto promotores da cidadania e como a leitura pode servir de instrumento para a preservação da cultura indígena. “O encontro foi enriquecedor e ajudou a aprimorar o incentivo às práticas de leitura nas aldeias. Após as capacitações, trocas de experiências e oficinas, eles voltaram mais motivados para suas aldeias”, conta a coordenadora nacional do Arca das Letras no MDA, Dione Ferreira.



Governo realiza segundo Seminário Estadual de Educação Escolar Indígena

SÍTIO GOVERNO DA PARAÍBA, 19.11.2013

A Secretaria de Estado da Educação (SEE) realiza nesta terça (19) e quarta-feira (20), no Sesi de Rio Tinto, o segundo Seminário Estadual de Educação Escolar Indígena. O evento é promovido pelo Núcleo de Educação Indígena (NEI) da Gerência Operacional de Integração Escola Comunidade (Goiesc) da SEE.

Na manhã desta terça-feira aconteceu um ritual de abertura com a apresentação indígena do Toré. Depois foi apresentada a peça "A tragédia de Tracunhaém", seguida pela Banda Marcial da Escola Estadual Akajutibiró. A primeira mesa redonda do evento abordou o tema "Formação de Professores Indígenas e suas Perspectivas", debatido pelos professores Mércia Batista e José Gabriel, da UFCG, Joelma Félix, da Opip, e Pedro Eduardo, do Magistério Indígena.

A programação da tarde consta de apresentações das escolas estaduais Guilherme da Silveira (peça teatral Monte-Mor) e Pedro Poti (grupo musical Anama Poti), além de grupos de trabalhos, plenárias e apresentação indígena do Toré.

Nesta quarta-feira (20), o evento recomeça às 8h com as apresentações do Grupo de Capoeira da Escola Estadual Antônio Sinésio e da peça teatral "As lágrimas de Potyra", da Escola Municipal Maria das Dores Borges. Em seguida acontecerá a mesa redonda "Território e territorialidade", que contará com a participação de caciques de várias aldeias locais e instituições ligadas à educação indígena.

À tarde, a programação continua com a mesa redonda "Lei e diretrizes e bases da Educação Escolar Indígena e Políticas Públicas", que terá como participantes a representante do Ministério da Educação (MEC), Rita Gomes, Rosildo Fidelis, da Opip, Célia Maria, da Funai, Pedro Lobo, do Conselho Estadual de Educação (CEE) e representantes da SEE e das secretarias municipais de educação das cidades de Marcação, Baía da Traição e Rio Tinto.

No encerramento do segundo dia do evento haverá apresentação da Escola Municipal Centro Social São Miguel (Os Kurumins), da Escola Estadual Guilherme da Silveira (Libras na Educação Escolar Indígena) e da Escola Estadual Akajutibiró (Meio Ambiente e Sustentabilidade). O evento será encerrado com a apresentação do relatório contendo as demandas do seminário.



Governo realiza ação de cidadania para os índios Cinta Larga

SÍTIO TUDO RONDÔNIA, 19.11.2013

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Assistência Social (Seas), irá realizar de 22 a 24 de novembro, no município de Pimenta Bueno, a Ação de Cidadania Indígena.

O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Assistência Social (Seas), irá realizar de 22 a 24 de novembro, no município de Pimenta Bueno, a Ação de Cidadania Indígena, com vistas a proporcionar inclusão social aos indígenas, através de atendimento básico de saúde, odontológico e emissão de documentação básica como: registro civil, RG, CPF, carteira de trabalho, cadastramento de Bolsa Família, orientações de benefício previdenciário (INSS) entre outras ações segmentadas.

"A iniciativa de realizar a ação, partiu do próprio Governo do Estado, durante a audiência pública realizada na OAB no mês de setembro, onde foram discutidas, entre representantes do governo federal, estadual e do legislativo as propostas capazes de salvar da extinção os índios Cinta Larga", explicou o secretário de Assistência Social de Rondônia, Márcio Felix.

De parte do governo estadual, ficou dentre outros, o compromisso da realização de uma atividade onde os serviços de saúde e cidadania integrasse uma só ação.

A secretária adjunta da Seas, Zilene Rabelo, esteve reunida com os parceiros da ação, Ministério Público Federal, Funai, Exército e Casa Militar, para alinhar as ações que irão integrar o mutirão. "Por meio da parceria conseguimos ampliar os serviços ofertados durante a ação. Estamos trabalhando para levar o maior número possível de serviços de qualidade, nas áreas de cidadania e de saúde", destacou Zilene.

Para o procurador do Ministério Público Federal, Reginaldo Trindade, essa é uma iniciativa importante que contribui para que essa etnia não seja extinta.

Além da emissão de documentos por parte da Seas, a secretaria está disponibilizando uma equipe de técnicos que irá atuar na aplicação de um questionário social, onde será traçado o perfil das famílias indígenas, resultando em indicadores que são essenciais para as Políticas de Direitos Humanos.

A Ação de Cidadania Indígena será realizada na Escola Rural Diva Tereza que conta com um posto de saúde e salas para a realização dos atendimentos. Os índios contarão com ônibus para transportá-los das aldeias para a Escola Rural e levá-los novamente às aldeias, além da alimentação no período que estiverem participando da ação.

"Realizamos no ano passado a ação com os indígenas de etnia Suruí. Este ano vamos atender os Cinta Larga e a Seas já está trabalhando para executar um cronograma de ações com outras etnias indígenas e também com os quilombolas", finalizou Márcio Felix.



Evento fortalece debate sobre a capacidade produtiva dos povos indígenas

SÍTIO JORNAL MEIO AMBIENTE, 19.11.2013

Na busca pelo fortalecimento e ampliação das discussões em torno da segurança e soberania alimentar e nutricional dos povos indígenas brasileiros, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) promoveu a 1ª Feira Nacional da Agricultura Tradicional Indígena. Durante nove dias, o espaço montado nos Jogos dos Povos Indígenas 2013, realizados entre 8 e 16 de novembro, em Cuiabá, recebeu cerca de dois mil visitantes que tiveram a oportunidade de conhecer a cultura e o modo de produção das 15 etnias participantes.

Neste período, foram realizadas várias reuniões entre órgãos de governo e indígenas para discutir questões ligadas à produção, comercialização e políticas públicas. A partir dos debates, foram definidas ações necessárias para melhorar a capacidade produtiva dos povos indígenas, tanto para comercialização como autoconsumo. Nos estandes, agricultores venderam seus produtos e trocaram sementes com parentes de outras etnias.

“Por meio da feira cumprimos um papel importante. O de mostrar um pouco do que vem sendo produzido pelos povos indígenas por meio de suas inúmeras etnias espalhadas em todas as regiões do Brasil”, avalia o assessor especial para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira. Os resultados também puderam ser vistos nos próprios estandes. Desde o milho, o cará, o chocolate orgânico, o mel, quase todos os produtos levados, foram comercializados.

O evento também funcionou como momento para articulação do MDA com outros órgãos ligados à temática, como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Fundação Nacional do Índio (Funai). “Marcou o estabelecimento de parcerias para o fortalecimento das políticas e apoios para a soberania alimentar de povos indígenas. Enquanto instituições do Governo Federal, somos colocados como corresponsáveis no etnodesenvolvimento destes povos na geração de alimentos saudáveis e em quantidade e qualidade para atender suas demandas”, pontua a pesquisadora Embrapa, Terezinha Dias.

Além da Feira, o espaço do MDA recebeu, ainda, o 1º Encontro Nacional de Agentes de Leitura Indígenas, com 18 voluntários de nove estados brasileiros. Eles debateram sobre o papel que irão desempenhar enquanto promotores da cidadania e como a leitura pode servir de instrumento para a preservação da cultura indígena. “O encontro foi enriquecedor e ajudou a aprimorar o incentivo às práticas de leitura nas aldeias. Após as capacitações, trocas de experiências e oficinas, eles voltaram mais motivados para suas aldeias”, conta a coordenadora nacional do Arca das Letras no MDA, Dione Ferreira.

Juliana Reis
(61) 2020-0223 / 2020-0262
imprensa@mda.gov.br
Fonte: <http://www.mda.gov.br/>



MPF/MS: Prefeitura de Paranhos descumpre acordo sobre escola indígena

SÍTIO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 19.11.2013

Alunos que moram em acampamentos enfrentam falta de merenda escolar, ausência de professores, de materiais de ensino e de limpeza

O Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul (MPF/MS) ajuizou ação para o cumprimento de termo de ajustamento de conduta (TAC) firmado pela Prefeitura de Paranhos para melhoria da educação indígena nos acampamentos do município. O acordo, firmado em março deste ano, não foi integralmente executado pela prefeitura e as crianças continuam enfrentando discriminação, ausência de merenda escolar, falta de professores indígenas, materiais de ensino e de limpeza.

“Foram inúmeras as tentativas extrajudiciais de se tentar fazer cumprir o acordo, mas novos prazos eram estabelecidos e, novamente, descumpridos. Diálogo deixou de ser efetivo e só restou ao MPF cobrar as multas livremente pactuadas”, destaca o órgão ministerial.

Na ação, o Ministério Público Federal pede a cobrança do valor de R\$ 31.300 pela mora da Prefeitura no cumprimento do TAC, montante que deve ser depositado no Fundo Federal. O órgão pede, ainda, o cumprimento das obrigações assumidas em 15 dias, sob pena de multa de R\$ 1 mil por item descumprido.

Acordo não cumprido - O TAC foi firmado após investigações sobre a discriminação, pelos próprios indígenas, de crianças que viviam em outras comunidades, especialmente as em condição de acampamento. Segundo as apurações, empecilhos eram criados no encaminhamento de alunos indígenas de outras aldeias, que muitas vezes ficavam sem aula e sem alimentação. Além disso, as distâncias para o acesso aos ônibus escolares reduzia a frequência dos estudantes acampados.

A situação, apresentada pelo MPF/MS em reunião realizada em Ponta Porã, resultou na assinatura de acordo pelo município de Paranhos. A Prefeitura se comprometeu a melhorar as condições das escolas, criando extensões das salas de aula e estrutura para os alunos de acampamentos indígenas.

Em Ypo'i, a Escola Indígena Municipal Pancho Romero chegou a ter o anexo construído, mas só. Faltou o fornecimento de merenda e de materiais escolares, a contratação professores e até a compra de quadro-negro. Os alunos continuaram sendo segregados, pois a sala criada não possuía estrutura para recebê-los.

Para o MPF/MS, o descumprimento do TAC viola direitos constitucionais. “A educação é direito social de todos e dever do Estado, tendo como princípio a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Não cumprir esse preceito é limitar as possibilidades das crianças indígenas de ter um adequado desenvolvimento social e intelectual”.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210 / 2013

Brasília, 20 de novembro de 2013.

Quanto à oferta de mesas e cadeiras, de responsabilidade do Governo do Estado de MS, ela também não foi realizada no cronograma ajustado no TAC. Porém, o dever de comunicar o atraso era do município, que novamente se manteve omissor.

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.gov.br
ascom@prms.mpf.gov.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)



A farra das demarcações

SÍTIO G1 REGIÃO DOS LAGOS, 20.11.2013

Por Antonio Alvarenga

Em 1988, antes de ser promulgada a atual Constituição, o Brasil possuía 58 territórios indígenas, com uma área total de 15,9 milhões de hectares. Hoje temos 55 territórios indígenas, totalizando uma área de 120,9 milhões de hectares. Ainda em 1988, possuíamos 248 Unidades de Conservação Ambiental. Hoje são 1.074, totalizando 119,5 milhões de hectares. As áreas indígenas e de conservação já somam 240,5 milhões de hectares, ou seja, aproximadamente 28,2% do território nacional.

Para se ter uma ideia da dimensão das terras indígenas e de conservação, toda nossa agricultura abrange pouco mais de 39% do território nacional. Sim, essa é a área ocupada pelo setor que está exportando 100 bilhões de dólares por ano, que alimenta 200 milhões de brasileiros e responde por cerca de 25% do PIB e 30% dos empregos.

Insatisfeitos com o tamanho de seu latifúndio, os indígenas reivindicam mais 184 novos territórios, que estão em fase de análise na Funai. Há também uma demanda de 292 milhões de hectares em estudo como áreas prioritárias para conservação de biodiversidade. Esses dados são incontestáveis. Foram levantados a partir de informações oficiais da Funai, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e do Ministério do Meio Ambiente, pelo pesquisador Evaristo Miranda, da Embrapa. São números que falam por si.

O que pretendem e até onde querem chegar os que defendem a continuidade dessa verdadeira farra de demarcação de terras indígenas e Unidades de Conservação? O mundo tem fome e o Brasil possui terras, clima, água e tecnologia apropriada para atender à crescente demanda mundial por alimentos. O país está destinado a desempenhar um importante papel na segurança alimentar do planeta, ameaçada pelo persistente crescimento populacional e a urbanização das nações em desenvolvimento. Por outro lado, o Brasil precisa de crescimento econômico para proporcionar educação, saúde e melhor qualidade de vida para seu povo.

Não podemos permitir o estrangulamento de um setor que sempre foi a nossa galinha de ovos de ouro, e que vem garantindo divisas e o equilíbrio de nossa frágil economia.

Vamos dar um basta às persistentes invasões de terras produtivas, promovidas por grupos indígenas estimulados por pessoas e ONGs que representam o atraso e causam sérios problemas de instabilidade jurídica e social no campo.

Há muita demagogia e, em alguns casos, má-fé no trato das questões indígenas e ambientais no Brasil. São temas que sensibilizam uma significativa parcela da população urbana desinformada ou ingênua, que anda desencantada com as mazelas políticas e econômicas do país. Nesse contexto, estimulados por uma guerrilha de informações distorcidas, com forte viés ideológico, os índios e o meio ambiente são utilizados como instrumentos de protesto.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210 / 2013

Brasília, 20 de novembro de 2013.

Temos 500 mil indígenas que dispõem de 14,2% do território nacional. Ao mesmo tempo, vemos milhares de brasileiros sem teto, vivendo em condições de extrema pobreza nas periferias das grandes cidades. Isso é justo?

Os 200 milhões de cidadãos brasileiros necessitam de uma nação em desenvolvimento acelerado, que lhes proporcione melhores perspectivas de vida. Queremos ser um país ocupado por territórios improdutivos de índios e áreas de conservação? Ou pretendemos ser uma nação desenvolvida, que proporciona aos seus milhões de cidadãos um futuro promissor e qualidade de vida compatível com os países mais desenvolvidos do planeta?

Fonte: O Globo

FETEMS apoia a luta dos povos indígenas e visita FUNAI na tarde desta terça-feira
SÍTIO REVISTA EXAME, 19.11.2013



da tarde desta terça-feira (19) o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, esteve presente, acompanhado do dirigente da CUT/MS, Giovani Midon, na sede da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) de Campo Grande, no intuito de conversar e prestar solidariedade aos indígenas que estão chegando de todas as partes de Mato Grosso do Sul, principalmente das áreas de conflito de terras, em resposta ao protesto de cerca de 200 fazendeiros que invadiram a sede do órgão hoje pela manhã.

De acordo com o presidente da FETEMS, Roberto Magno Botareli Cesar, a entidade é a maior de Mato Grosso do Sul e possui em sua história a luta por um mundo melhor e mais igualitário, portanto em momentos como este se faz presente, não só em apoio a causa indígena, como para cobrar do poder público federal uma atitude com urgência. "Estamos acompanhando o caso da demarcação de terras indígenas no fórum dos movimentos sociais e sindicais que participamos há muito tempo, já fui em várias áreas de conflito prestar a nossa solidariedade e apoio aos irmãos e está claro para nós que o ou o governo federal toma uma postura de resolução com urgência ou veremos um verdadeiro banho de sangue em Mato Grosso do Sul", afirma.

Roberto disse ainda que a FETEMS defende a democracia, o direito de protestar, mobilizar e lutar, que é constitucional, porém não concorda de maneira alguma com o clima de guerra e ameaças que está sendo instaurado no Estado. "Nós dos movimentos sociais e sindicais organizados não podemos assistir de braços cruzados o clima de guerra e terror, pegamos os

CONT.



jornais e vermos fazendeiros organizando leilões para montar milícia, um absurdo, hoje pela manhã estivemos no protesto dos fazendeiros, me assustei ao ver as ameaças, tentativas de agressão e declarações de guerra mesmo, isso me preocupa profundamente, por isso estamos nos mobilizando para cobrar, mais uma vez, uma atitude do , que não pode mais ficar omissa ao que está acontecendo em nosso Estado”, ressalta.

Para o cacique Antônio, da Aldeia Córrego do Meio de Sidrolândia, o apoio de entidades como a FETEMS é fundamental na luta pela retomada dos territórios indígenas de MS. “Temos acompanhando o apoio, ajuda e solidariedade do professor Roberto, da FETEMS e de vários movimentos sociais a nossa causa e nós só temos a agradecer, pois acreditamos que a união de todos fará com que a paz volte a reinar em nosso Estado e nós possamos seguir o nosso caminho, retomando o que é nosso por direito”, enfatiza.

A FETEMS vem acompanhando a fundo o debate de demarcação das terras indígenas desde o início dos confrontos este ano, esteve em várias áreas de retomada, como na Buriti, em Sidrolândia, na Esperança, em Aquidauana e na Ivy Katu, em Japorã.

Karina Vilas Boas - FETEMS

Cartilha bilíngue ajuda a combater violência contra mulher indígena

SÍTIO JORNAL PRELIMINAR, 19.11.2013



Cartilha em língua portuguesa e guarani para ajudar no combate à violência contra a mulher indígena foi lançada no Cras da Aldeia Bororó. Foto: A. Frota

Foi lançada pela Prefeitura de Dourados na tarde desta terça-feira a Cartilha Bilíngue de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O evento foi no Cras (Centro de Referência em Assistência Social) da Aldeia Bororó.

As mulheres indígenas receberam orientações sobre o conteúdo da cartilha e a importância de conhecer seus direitos para denunciar, caso tornem-se vítimas. O documento foi traduzido por grupos de mulheres das aldeias de Dourados, que se reuniram em oficinas no Cras.

"Para nós foi um avanço muito grande mesmo, poderemos abrir os olhos de muito

mais mulheres em nosso idioma", afirmou Edite Martins, representante guarani no Conselho Municipal dos direitos da Mulher. Ela ajudou a realizar a tradução é uma das lideranças que trabalham no combate à violência contra a mulher nas aldeias.

Para a coordenadora de Políticas Públicas para Mulheres Bárbara Nicodemos, a participação da mulher indígena na elaboração da cartilha torna o material ainda mais rico. "A partir disso, elas já têm o contato com as informações e passa a entender que têm os mesmos direitos das mulheres não-índias", afirmou.

ATIVISMO O lançamento deu início às atividades da campanha "16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra Mulher", organizada pela Prefeitura de Dourados através da Secretaria de Assistência Social. Nesta quarta-feira, dia 20, a partir das 8h, haverá uma palestra para um grupo de mulheres agricultoras de Itahum, com o tema "Relações de Gênero, Autonomia e Enfrentamento à Violência". Será na Escola Estadual Antônio Vicente Azambuja, no distrito.

No mesmo dia, haverá ainda às 18h, na Praça Antônio João, um apoio ao "Ato Público pela Tolerância Religiosa", em parceria com comunidades das religiões afro-brasileiras. Também terá ações em parceria com as atividades do Dia Mundial da Criança que tratará da violência doméstica contra este público. Estas começam simultaneamente às 8h na praça e nos sete Cras instalados nos bairros e aldeia.

No dia 26 pela manhã haverá reunião da Rede Municipal de Enfrentamento à Violência Contra Mulher, na sede do MPE (Ministério Público Estadual), com início às 8h. Já às 19h terá o debate "Mulheres e Mídia – Desconstruindo Estereótipos", às 19h, na Unigran.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 210 / 2013

Brasília, 20 de novembro de 2013.

Na Casa dos Conselhos, às 14h do dia 29, o espaço de conversação que ocorre mensalmente como formação permanente de funcionários públicos terá como tema o enfrentamento à violência contra a mulher. No dia 30, a campanha é parceira da "Marcha pelo Parto Humanizado – Enfretamento à Violência Obstétrica", na Marcelino Pires, a partir das 8h.

Em dezembro, o ativismo continua. No dia 1º haverá um "Ato de Prevenção para Enfrentamento à Aids e Doenças Sexualmente Transmissíveis" no Shopping Avenida Center, a partir das 8h. No dia 6, na sede do 3º BPM (Batalhão de Polícia Militar) às 8h, haverá a campanha Laço Branco, que é o protagonismo do homem no enfrentamento à violência contra a mulher.



Índios devem ser ouvidos sobre impactos de hidrelétrica

SÍTIO PORTAL PCH, 19.11.2013

Por unanimidade, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou que indígenas de Mato Grosso sejam ouvidos sobre a implantação de uma PCH (pequena central hidrelétrica) no município de Brasnorte, na região centro-oeste do estado.

Embora o empreendimento tenha potência tímida (30 MW, diante dos 11 mil MW de Belo Monte, no Pará), a decisão segue um dos pontos mais controversos sobre a construção de usinas na região Norte do país: o cumprimento da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, que determina a consulta sobre ações que possam afetar a população indígena. A 5ª Turma já havia tomado decisões semelhantes em relação a Belo Monte e a Teles Pires, localizada entre Mato Grosso e Pará.

A PCH Salto Belo/Sacre2 já está em operação, após receber autorização da Secretaria do Meio Ambiente do estado. O relator Souza Prudente, no entanto, avaliou que o processo de licenciamento deveria ter envolvido o Ibama, por ser este o responsável por executar a política nacional de meio ambiente desenvolvido pela União.

“Apesar de a usina hidrelétrica em questão não se encontrar situada no perímetro da terra indígena dos Parecis, é certo que a referida área sofrerá o impacto de sua construção (...), elemento suficiente para atrair a competência do Ibama”, escreveu em resposta a apelação do Ministério Público Federal.

O acórdão determinou que seja feito um estudo de impacto ambiental da obra e determinou multa diária de R\$ 10 mil por dia em caso de descumprimento.

Ao conceder a licença de operação, a Secretaria do Meio Ambiente de Mato Grosso considerou que a PCH atendia pontos ambientais e estabeleceu a necessidade de acordos com comunidades indígenas.

Clique aqui (<http://s.conjur.com.br/dl/acordao-indigenas-pch-mt.pdf>) para ler o acórdão.

2420-38.2004.4.01.3600

Fonte: Felipe Luchete



6ª Câmara: GT Educação Indígena se reúne com representantes do MEC
SÍTIO CEDEFES, 19.11.2013

Objetivo é tratar de temas relacionados à educação indígena no Brasil

O Grupo de Trabalho (GT) Educação indígena da 6ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) se reuniu com o representante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) Thiago Tobias e com a coordenadora-geral de Educação Escolar Indígena, Rita Potiguara, ambos do Ministério da Educação (MEC). O objetivo do encontro foi tratar de temas relacionados à educação indígena no Brasil.

O procurador regional da República e coordenador do GT, Paulo Leivas, lembrou que, na última reunião, com o MEC, em 2012, foi pensada a possibilidade de elaborar um plano de trabalho para diagnosticar o nível da educação escolar oferecido nas comunidades indígenas. Leivas contou que, a partir disso, o GT organizou um questionário para ser aplicado em escolas de educação indígenas com o intuito de conseguir as principais informações sobre a qualidade da educação oferecidas nas comunidades. "O questionário foi aplicado ao longo deste ano em escolas das comunidades do Rio Xingu e, com os resultados, elaboramos um relatório parcial, onde já conseguimos perceber cinco pontos mais problemáticos: infraestrutura, falta de material didático, formação de professor indígena, transporte e alimentação escolar", explicou. O objetivo desse diagnóstico é medir o nível das escolas, saber se estão seguindo as normas brasileiras e estabelecer uma linha de atuação do MPF.

Em relação aos problemas, o MEC explicou que a verba existe, mas que é complexo acompanhar o recurso destinado para educação escolar indígena. Sobre a qualidade na educação, os representantes disseram que estão em parceria com universidades para cumprir o que diz a Lei Nº 11.645, que "estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O objetivo da reunião foi também unir forças para a melhoria da qualidade da educação indígena no país e, para isso, será solicitada uma reunião com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) para conhecer estudos, pesquisas e avaliações do ensino em escolas indígenas com objetivo de discutir os indicadores de qualidade de educação escolar indígena.

Foi deliberado também que o MPF fará um estudo antropológico no Amapá com objetivo de fazer um levantamento contextual e conhecer o ensino oferecido nas escolas indígenas. Por meio de dois ofícios, o MPF vai solicitar ao MEC a relação dos municípios que devolveram recursos da educação indígena e também a lista de todos os programas de educação indígena. Para ouvir os indígenas, o MPF vai realizar audiência pública em Altamira, no Pará.

Fonte: Procuradoria Geral da República



Fiocruz Amazônia realiza seminário para discutir as interfaces entre a saúde mental e a saúde indígena

SÍTIO AMAZONAS NOTÍCIAS, 19.11.2013

O Instituto Leônidas e Maria Deane – ILMD/Fiocruz Amazônia realizará, nesta quinta-feira (21/11), o Seminário Interfaces entre Saúde Mental e Saúde Indígena. Na oportunidade, também ocorrerá o lançamento dos livros “Processos de Alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais”, coletânea organizada pelo médico psiquiatra e sanitarista e pesquisador da Fiocruz Amazônia, Dr. Maximiliano Loiola Ponte de Souza ([link do currículo](#)); e “Medicinas Indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas”, da Antropóloga Dr.^a Luciane Ouriques Ferreira ([link do currículo](#)). Este evento é gratuito e aberto a todos os interessados pelo tema “Saúde Indígena”.

Data: 21 de novembro de 2013

Horário: 14h30 às 18h

Local: Auditório Salão Canoas – sede do Instituto Leônidas e Maria Deane (ILMD/Fiocruz), situada à rua Teresina, n. 476 – Adrianópolis, em frente à Escola de Enfermagem da Ufam

Programação

14h30 a 15h – Abertura

15h a 16h – Interfaces entre saúde mental e saúde indígena – Por Luciane Ouriques (ENSP/Fiocruz)

16h a 17h – Discussões sobre o processos de alcoolização indígena no Brasil – Maximiliano Ponte

18h – Lançamento dos livros “Processos de Alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais” e “Medicinas Indígenas e as políticas da tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas”

18h30 – Coquetel e autógrafo dos livros



Após protesto de produtores rurais, indígenas reagem e declaram apoio à Funai
SÍTIO CAMPO GRANDE NEWS, 19.11.2013

Os indígenas de Campo Grande revolveram reagir, e foram até a sede da Funai (Fundação Nacional do Índio) na cidade para mostrar apoio ao presidente da entidade. O movimento, que ocorreu no fim da tarde de hoje (19) após protesto de produtores rurais no mesmo local.

O movimento dos produtores foi durante a manhã, e logo no início da tarde cerca de 150 indígenas da etnia terena se reuniram na sede da Funai.

“Estamos indignados com a ação dos produtores rurais, já que estamos cumprindo tudo o que foi estabelecido em acordo com o Ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo)”, afirmou Antônio Aparecido Jorge, cacique da Aldeia Córrego do Meio.

A manifestação indígena contou com apoio de índios da região do Buriti. “Aguardamos a decisão até o dia 30, mas afirmo que nenhum produtor rural perdeu a vida”, emendou Jorge, lembrando as mortes de indígenas em Mato Grosso do Sul.

Os produtores realizaram o protesto afirmando, entre outros pontos, que a Funai estaria incentivando invasões indígenas no Estado.

“Isso nunca aconteceu”, garantiu Jorge, que ainda reclamou que os indígenas não têm apoio de nenhuma autoridade política do Estado.

Alberto Terena, representante na mesa de negociação com produtores e Ministério da Justiça, afirmou que teme pelos direitos dos indígenas.

“Essa negociação preocupa a gente, já que se estende cada vez mais e nunca resolve nada”, disparou Alberto. O protesto indígena também pede a volta da Força Nacional às áreas de conflito.

Invasões – Já são 79 terras invadidas por indígenas no Estado, de acordo com a Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul).



Justiça manda índios desocuparem Fazenda São Jorge, em Japorã

SÍTIO REGIÃO NEWS, 20.11.2013

A área de 317 mil hectares está sendo disputada por indígenas da etnia Guarani, que estão no local desde o dia 14 de outubro.

A Justiça Federal de Mato Grosso do Sul determinou a desocupação de áreas que faz parte da Fazenda São Jorge, em Japorã, distante 487 quilômetros de Campo Grande. A comunidade ficará restrita a apenas uma parcela de 10% da propriedade.

Em decisão anterior, o judiciário havia determinado que os índios ficassem nesta área restrita, no entanto os índios teriam avançado e ocupado toda a área e expulsado o proprietário da fazenda.

A Justiça deu prazo de 10 dias para que a comunidade volte área restrita e desocupe o restante da fazenda. Na mesma decisão, a Justiça afirma que a PF informou que os índios estavam agindo com técnicas de guerrilha, armados, com facões e flechas. Por conta disso não conseguiram evitar a invasão total da propriedade e fazer cumprir a decisão anterior da Justiça.

A decisão da Justiça atende a um pedido do advogado Felipe Ricetti Marques. De acordo com ele, o próximo passo é pedir a retirada da comunidade indígena também da área de 10% destinada a eles.

A área de 317 mil hectares está sendo disputada por indígenas da etnia Guarani, que estão no local desde o dia 14 de outubro. Eles querem a ampliação da aldeia Porto Lindo Yvi Katu.

(Com informações do site Dourados Agora).



Alunos da rede pública lançam livro sobre quilombo de Macaé, no RJ

SÍTIO G1 REGIÃO DOS LAGOS, 20.11.2013

*O quilombo do Carucango é considerado o mais antigo do país.
Lançamento oficial será neste sábado (23), no distrito do Frade.*

O quilombo do Carucango virou livro, escrito por alunos dos 6º e 8º anos do Colégio Municipal Ivete Santana Drumond de Aguiar, situada no Frade, região serrana de Macaé, interior do estado do Rio de Janeiro. O livro será lançado oficialmente no próximo sábado (23), às 8h, e conta com produção textual e ilustração dos estudantes, que participaram de um projeto específico nas aulas de História.

A programação será realizada na sede da unidade, das 8h às 12h. Na oportunidade, alunos, professores e toda a comunidade escolar vão assistir e fazer parte de apresentações de samba, danças diversas e poemas. Todas as atividades vão abordar o tema "Africanidade".

Segundo a Prefeitura de Macaé, o quilombo é apontado como um dos maiores que existiu no estado do Rio. O nome do quilombo refere-se ao seu líder chamado de Carucango, Curukango ou Querucango, no Moçambique. Atualmente Carucango é homenageado em municípios de Macaé e Conceição de Macabu, no Norte Fluminense, por marcar a história do negro no Brasil.

Ainda nesta terça-feira (19) haverá entrega da medalha de honra ao Mérito Social, Karucango, numa parceria com a Câmara Municipal de Macaé. Entre os homenageados está o professor e responsável pelo projeto História da África na rede municipal, Jorge Murtinho, o Benzê.

A obra será apresentada durante a I Ciranda Literária, na Praia do Pecado, nesta quarta-feira (20). Os estudantes terão a oportunidade de autografar os livros.